



PSA- Experiências e propostas de aperfeiçoamento

Ana Maria Nusdeo

Faculdade de Direito

Universidade de São Paulo - USP



O PSA no contexto das políticas ambientais

- Instrumento econômico – 3ª geração: incorpora tanto a necessidade de induzir, incentivar, quanto impactos sociais.
- “Economia verde”. Deslocar atividades geradoras de renda de práticas insustentáveis para práticas sustentáveis.



O PSA no contexto das políticas ambientais

- Sustentabilidade. Pensar o PSA como um instrumento/um meio para atingir satisfação das necessidades dentro de limites de resiliência.
- Articular experiências locais, regionais (estaduais) e nacionais. Até internacionais. Dentro de objetivos cientificamente identificados. Mas sem excessiva burocratização.



O PSA no contexto das políticas ambientais

- Objetivos cientificamente identificados: áreas prioritárias (elevada diversidade biológica art 5º., I); bacias hidrográficas em estado crítico, etc (art 5º., II).
- Elementos de caráter social. Populações indígenas, tradicionais, assentados, pequenos proprietários. Devem ser ajudados a serem “guardiões dos ecossistemas”.



O PSA no contexto das políticas ambientais

- PSA e “ecologização” das propriedades, posses, áreas de domínio. Outros elementos ambientais: uso de agrotóxico, do fogo, etc.
- Programa do ACRE- Certificação. Vários aspectos da propriedade
- Desafio do aumento da produtividade nas áreas não preservadas. Assistência técnica como modalidade de pagamento (art 8º Definição em regulamento).



Desafios de políticas e programas

Definir a melhor modalidade de pagamento

Valor do pagamento. Critérios (custo de oportunidade; valor aceito; diferenciação e critérios)

Prazo. Transição para sustentabilidade ou “capital ecológico”?



Desafios de políticas e programas

- Articulação das iniciativas locais e estaduais na Política Federal: Cadastro (art 13).
- Articulação da iniciativa privada. Projetos privados (MAY, Peter, p 57-84 In GUEDES E SEEHUSEN. Pagamento por serviços ambientais na Mata Atlântica. Lições Aprendidas e Desafios, MMA, 2011). **Também Cadastro.**
- Espaço para a iniciativa privada (projeto “estrada com araucárias” -PR). REDD internacional. Abertura a pequenos e grandes proprietários.



Desafios de políticas e programas

Questão da governança:

Quem formula as metas: colegiado

Art 12 §1 – “Poder Público”, “setor produtivo” e “sociedade civil”. Críticas

- Poder público: diferentes setores: biodiversidade, mudanças climáticas, recursos hídricos, etc.
- Poder Público. Representantes Estados e Municípios com programas próprios



Desafios de políticas e programas

- Monitoramento: Articulação com instrumentos já existentes. Radares, CAR, etc. Sem prejuízo de monitoramento próprio. (art 14, §3º., II. CAR como requisito).
- Monitoramento e assistência aos provedores, quando for o caso, têm custo: Limite deve ser maior do que 10% do FFPSA)(art 15, §7º)



Desafios de políticas e programas

- Participação dos provedores.

Tipos:

- Informativa
- Deliberativa

- Exemplos do Bolsa floresta. Limites



Desafios de políticas e programas

- Pagamento pelo cumprimento de dever legal (APPS e RLs).
- Substitutivo. Casos excepcionais (art 8º., 1º e 2º, bacias críticas).
- Novo Código Florestal suavizou bastante os deveres nesse sentido) e já prevê programas para apoio e incentivo a conservação do MA e adoção de boas práticas (art 41).



Conclusões

- Esforços e experiências estaduais e municipais foram notáveis
- Programas bem desenhados (objetivos ecológicos e sociais bem definidos, monitoramento)
- Desafio da integração da iniciativa federal
- Desafios para aperfeiçoamento. PSA para a sustentabilidade